



## A CIDADE COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO: *Lima Barreto e um olhar para o Rio de Janeiro da Primeira República.*

Patrick Silva dos Santos<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho busca analisar a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, como *uma Cidade Partida* (VENTURA, 1994) na Primeira República (1889 – 1930) descrita por Lima Barreto (1881 – 1922) trata-se de perceber como o romancista social fluminense entendeu essa dinâmica de inclusão e exclusão no seio da vida cidadina naquele período. A partir do cotejo de alguns artigos de Lima Barreto elaborei um pequeno estudo que mostra a relevância da análise do nosso autor sobre os problemas da cidade moderna e os diversos grupos que nela vivem. Além de pensar a valoração social do espaço urbano – esse sendo forte instrumento de diferenciação social, que incluía uma minoria e mantinha excluída grande parte das populações pauperizadas do Rio de Janeiro. Ainda hoje tais aspectos permeiam as relações sociais conflituosas entre o Estado e as classes dominadas. E muitas dessas dinâmicas aqui descritas, ainda fazem-se presentes via atualização nos dias de hoje e em alguma medida conserva rígidas as hierarquias entre as classes e legitimando os privilégios e interesses das camadas sociais dirigentes brasileiras nos dias atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lima Barreto; Cidade; valoração social; exclusão; inclusão; cidadania.

### Abstract

This study aims to analyze the dynamics of the city of Rio de Janeiro, as *a Departure City* (VENTURA, 1994) in the First Republic (1889-1930) described by Lima Barreto (1881-1922) it is to see how the social novelist fluminense understood that dynamic of inclusion and exclusion within the city life in that period. From the collation of some articles of Lima Barreto worked out a small study showing the relevance of the analysis of our author on the problems of the modern city and the various groups living in it. In addition to thinking about the social values of urban space - this being strong instrument of social differentiation, which included a minority and excluded kept much of the impoverished population of Rio de Janeiro. Even today such aspects permeate the conflictual social relations between the state and the dominant classes. And many of these dynamics described here, still make themselves present via update today and some canned strict measure hierarchies between classes and legitimizing the privileges and interests of social strata Brazilian leaders today.

**KEYWORDS:** Lima Barreto; City; social values; exclusion; inclusion; citizenship.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Professor de sociologia da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) e Bolsista da CAPES; licenciado em Ciências Sociais (2014) pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC); mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação do Professor Doutor Antonio da Silveira Brasil Jr (PPGS/UFF e IFCS/UFRJ).



Durante a Primeira República (1889 – 1930) havia uma série de mecanismos e práticas sociais enraizadas em nossa sociedade que em certa medida, barrava o acesso de amplos setores da população a possibilidade de desfrutar de uma cidadania plena. Esses mecanismos e práticas sociais materializavam em forma de teorias deterministas raciais, preconceitos de classe, patriarcalismo e etc., eram partes constitutivas do ideário das classes dominantes e motivavam suas práticas excludentes em relação aos grupos marginalizados. Assim, a grande maioria dos pensadores e intelectuais da época reproduzia as teorias racistas vindas do continente europeu e da América do Norte. Em alguma medida tais teorias, por um lado em suas formulações, tendiam a consolidar um quadro de segregação que mantinha o negro fora da vida político-social daquela sociedade, uma vez que com o fim da escravidão no Brasil, os descendentes dos homens e mulheres aqui inseridos na condição de escravos não foram concretamente incorporados como cidadãos em nossa jovem República. Na mesma medida a não universalização da educação (gratuita) pelo Estado republicano impediu largos setores sociais de participarem da vida política da República. Haja vista que o direito ao voto, questão primordial para escolher os dirigentes políticos num sistema republicano se dava via votação que era permitida aos indivíduos alfabetizados. O que conseqüentemente manteve nas mãos das classes dominantes escolherem os rumos a serem tomados pelo país. A modernização da cidade do Rio de Janeiro nos idos da Primeira República impôs a “inevitável expulsão” das classes pobres das áreas centrais, questão essa, que em certa medida tem reflexos negativos até os dias atuais.

Para se pensar tais relações, farei a partir de um informante privilegiado, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922), cuja sua breve apresentação se faz importante neste início do trabalho. Lima Barreto nasceu no bairro de Laranjeiras, no então Distrito Federal. Seus pais eram negros pobres que possuíam um *Capital cultural* (BOURDIEU, 1998) invejável para a época, pois Amália Augusta, sua mãe, era professora e proprietária do Externato Santa Rosa e João Henriques de Lima Barreto, seu pai, tipógrafo da Imprensa Nacional que chegou a fazer preparatórios para cursar medicina em meados do século XIX. Lima Barreto estudou nas melhores escolas do estado daquela época: Liceu Niterói e no Ginásio Nacional <sup>2</sup> e fez preparatórios para o

---

<sup>2</sup> Atual Colégio Pedro II (no Centro da Cidade do Rio de Janeiro)



ingresso na Escola Politécnica.<sup>3</sup>Tendo estudado engenharia naquela tradicional instituição de ensino superior do país, entretanto não chegou a concluir este curso por ter tido sucessivas reprovações acintosas por conta da discriminação racial. Barreto ingressou no serviço público, um dos motivos foi pela necessidade de se tornar o mantenedor de sua família com a inesperada loucura do pai. Se a engenharia virou frustração para Lima Barreto, a literatura tornou-se sua redenção. Foi um dos personagens e críticos mais mordazes e contundentes das mazelas sociais da Primeira República (BARBOSA, 2012; SEVCENKO, 2003; DIAS, 2013; SCHWARCZ, 2012).

Já exposto parte do problema e uma breve apresentação de nosso autor, visarei tomar como o instrumento de análise as descrições e críticas feitas a tais aspectos de nossa jovem república pelo romancista social fluminense, Lima Barreto. Tomarei somente como instrumento para compreensão do problema alguns artigos jornalísticos de Lima. Logo, não pretendo utilizar aqui sua obra ficcional, mesmo reconhecendo o valor analítico que tal material possui, mesmo porque deve-se

(...) pensar as ficções literárias não como cópias da realidade, mas como possibilidades de acontecimento, as quais estão intimamente ligadas com os sentimentos e a imaginação de quem faz parte do momento de sua confecção. Assim, a criação literária não é cópia do momento da sua realização, mas tudo que é escrito torna-se em certa medida, verossímil, ou seja, passível de acontecimento. (SILVEIRA, 2006, p.122)

Desta maneira, como sinalizou a historiadora Cristiane da Silveira pode-se encarar a obra de Lima Barreto dessa forma, mas, ainda sim, privilegiarei alguns dos artigos jornalísticos do autor da celebre obra *O Triste fim de Policarpo Quaresma*. Assim poderei traçar um ideal societário compreendido por nosso autor e a desvirtuação das promessas republicanas em relação aos diversos grupos sociais presentes na cidade naquele momento, evitando ao máximo cair em anacronismo, ou seja, pensando essas questões já supracitadas acima no seu devido lugar (tempo/espço), sem tentar forçar questões fora do alcance histórico-processual que Lima estava inserido.

## **TENSÕES POLÍTICO-SOCIAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

---

<sup>3</sup> Localizado no prédio que atualmente funciona o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.



Na virada do século XIX para o século XX, a Primeira República brasileira foi caracterizada por um momento de grandes expectativas nutridas por largos setores da população, que na antiga ordem ocupavam posições sociais de “pouco” prestígio e que o advento da nova ordem passaram a sonhar com melhores oportunidades, mas parte das expectativas positivas se converteriam em decepções de diversas ordens (PESAVENTO, 1997; SEVCENKO, 2003; AZEVEDO, 2005; SILVEIRA, 2006; SCHWARCZ, 2014). Cabe ressaltar, que essa quebra de ordem já havia se dado de maneira extremamente conturbada como bem assinala Nicolau Sevcenko onde houve um “amplo processo de desestabilização e reajustamento social, o advento da ordem republicana foi marcado também por uma série contínua de crises políticas – 1889, 1891, 1893, 1897, 1904” (SEVCENKO, 2003, p.36) todas essas crises “foram marcadas por grandes ondas de ‘deposições’, ‘degolas’, ‘exílios’, ‘deportações’ que atingiram principalmente e em primeiro lugar as elites tradicionais do Império e o seu vasto círculo de clientes” (*Ibidem.* p.36). Além disso, como sugere Sevcenko, num outro plano:

(...) tendendo em seguida – sobretudo nos dois últimos movimentos – a eliminar também da cena política os grupos comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo. (SEVCENKO, 2003, p.36-37)

Desta forma, pode-se notar que no bojo de uma série de crises, perseguições, reorganização social e etc., surgiu as condições de questionar essa ordem que se apresentou como a quebra com uma ordem estamental, mas que de fato acomodou muito das velhas práticas sociais –, por vezes apresentando-se até mais antiquada que a ordem passada. É nesse contexto que tentarei compreender os anos iniciais da jovem república brasileira baseando-me no olhar perspicaz do literato Lima Barreto, um dos principais críticos das desvirtuações dos ideais republicanos.

Segundo Dias (2013), Carvalho (1998), Sevcenko (2003) e Pesavento (1997) nos primeiros anos da república dos Estados Unidos do Brasil houve uma série de discordâncias das elites nacionais (agrárias, empresários, vanguarda positivista, militares) com relação aos métodos que seriam postos em prática para a modernização do país, tendo como base central as ideias vindas de além-mar (mas precisamente da Europa). Havia também as divergências em relação a que grupos cabiam estar à frente



desse processo de implementação, aos que cabiam ocupar os novos cargos públicos e etc., todavia esses são alguns pontos de desavença que as elites resolviam com alguma diplomacia, ou seja, com certa cordialidade. Porém, ao se tratando das classes populares,

(...) quando a insatisfação se alastrava às camadas populares, o desencontro de perspectivas era resolvido com o manejo da chibata e da baioneta, podendo ainda ser utilizado o fuzil e a deportação. O objetivo era rebelar a indisciplina que emergia das camadas subalternas e impedir pontos de partida para novas sensibilidades políticas. (DIAS, 2013, p.25)

Assim, podemos perceber que mesmo que a organização social estivesse ancorada em novas bases, persistiam em “sobreviver” uma série de relações do passado e grupos que outrora estiveram à margem da sociedade monárquica, em certa medida para os mesmos grupos eram a margem da sociedade republicana que lhes era reservada.

Lima Barreto na sua condição de observador e um ator social antenado com as transformações sociais e políticas de seu tempo: crítico feroz dos determinismos raciais em voga, simpático as ideologias e movimentos anarquistas, entusiasta da revolução russa de 1917, adepto do maximallismo. Claro, que em Lima Barreto há uma série de ambigüidades, mas não é o objetivo do trabalho adentrar tão a fundo na vida do romancista social fluminense. (BARBOSA, 2012; CHACON, 1965; SODRÉ, 1964). E a partir de um recorte em sua vasta obra, tentarei entender e descrever alguns problemas centrais do período republicano tomando como chave analítica a cidade do Rio de Janeiro, capital federal onde estava inserido o autor de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

## **A CIDADE E A VALORAÇÃO SOCIAL DOS DIFERENTES ESPAÇOS E SEUS CIDADÃOS: A PARTIR DO OLHAR DE LIMA BARRETO.**

Não é minha intenção supor que no regime monárquico brasileiro foi um período de maior integração das diversas camadas sociais na dinâmica da cidade, mas, é sabido que na Primeira República a modernização da cidade do Rio de Janeiro acentuou a expulsão dos setores pauperizados dos espaços de maior valorização social da cidade. Pode-se citar aqui, o “bota-baixo” de Pereira Passos que foi a derrubada de diversos cortiços para a construção da Avenida Central. Além é claro, da derrubada do Morro do



Castelo, parte do Morro Santo Antônio, para citar alguns exemplos. E o que foi feito com os indivíduos residentes dessas regiões? Cada vez mais empurrados para os subúrbios e também passam a habitar outros morros (SEVCENKO, 2003). Lima Barreto observou em seu artigo “*Botafogo e os Pró-Homens*” publicado na *Revista Careta* em 06 de agosto de 1921; que para os dirigentes cariocas do período, só importava em pensar nas melhorias, sejam, espaços de lazer, saneamento, modernização dos espaços onde as elites comungavam sua municipalidade, para outras áreas tais esforços não se faziam necessários, pois segundo Lima, para nossos dirigentes e as elites o “(...)resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra. Não merece a mais simples mirada...” (BARRETO, 1961, p.259). Armado de toda sua acidez crítica e sua ironia peculiar, Lima mostra o quanto estava presente no ideário das elites fluminenses esse caráter exclusivista em relação aos espaços urbanos e a captura de recursos públicos para tornar suntuoso tais espaços da cidade, para que nossas elites pudessem gozar de um modo de vida cidadão europeu, como assinala o autor:

Um cidadão lembra-se que nós não temos um Chantilly, um Epson, um Palermo, isto é, um prado de corridas *comme il faut* – logo êle aventa a idéia ao govêrno construí-lo, como se fôsse cousa de utilidade geral, e concomitante indica o local: o Leblon – um areal! [...] Pobres cavalos! Tão delicados... Um outro quer um jardim zoológico. O govêrno deve construí-lo; mas onde? Na Rua Voluntários da Pátria. Que idéia! Parece ironia... (BARRETO, 1961, p.260)

Mais a frente, no mesmo artigo Lima Barreto mostra o como funciona esse caráter excêntrico dos nossos dirigentes, onde há tanta facilidade em rasgar dinheiro público para tornar mais agradável a vida das elites republicanas nos trópicos, prossegue Lima:

Os provincianos que nos dirigem, muito são culpados dêsse rastaquêrismo ultrabobo. Quando êles cavam um passe lá nos seus Estados e embarcam para o Rio, vêm fascinados, pois já sonharam com Botafogo desde a meninice. Para êles, não há nada como Botafogo, a não ser Petrópolis; e são êles que, nos jornais e nas suas peças de cordel, exaltam as pulhices botafoganas, afectam desprezo pelos outros bairros, onde quase proclamam não haver família, nem moralidade alguma. Verdadeiros “zungas<sup>4</sup>”... Dessa forma, sem querer, êles animam os especuladores a embelezar areais à custa dos cofres

---

<sup>4</sup> Zunga *sf (tupi túnga) 1 pop* Bicho-de-pé. *2 gír* Albergue de ínfima classe.



públicos organizando uma verdadeira jogatina com os preços dos terrenos das restingas que eles compraram por dez réis de mel coado. (*Ibidem*. p.260)

Apesar de mais uma vez está carregada de ironia por parte do nosso romancista, esta citação, me leva a refletir sobre algumas dimensões do problema da valoração de determinados espaços urbanos – ao tomar essas questões como uns instrumentos de análise do período percebemos que em primeiro lugar: havia uma percepção clara de quem são os cidadãos ou em certa medida os reconhecidos como tal, haja vista que os que conviviam fora desses espaços tinham sua “unidade familiar” questionada enquanto tal. Ora, será que as famílias do Rio, se resumem as “botafoganas”? O que é possível de ser sugerido a partir da leitura de Lima Barreto nesse sentido é que a República em certa medida se contradizendo em seus ideais atualizou a ideia de uma ordem social pautada no prestígio, no *status* enquanto unidade singular do cidadão de primeira categoria, o indivíduo de valor perante ao Estado que dava uma cara nova aos valores tradicionais da ordem passada; em segundo lugar, aparece a dimensão da utilização do máximo de recursos da municipalidade para o bem-estar de uma minoria ao passo que o Estado deveria numa visão republicana ideal-típica rousseauneana e seguindo posteriormente com Marx (CARVALHO; VIANNA, 2000) visar o bem-estar geral como prioridade, ter todas as frações do povo como passíveis de desfrutar de seus louros e de serem incluídas enquanto cidadãos nessa dinâmica.

Cabe pensar: houve integração dos mais diversos segmentos sociais no Rio de Janeiro, na Primeira República? A meu ver, é nesse ponto que Lima Barreto percebe todo esse falseamento como nos sugere uma série de pesquisadoras e pesquisadores que realizaram pesquisas relacionadas com Lima, e nosso romancista faz dessas relações assimétricas sua fonte para desmascarar aquela sociedade de outrora.

Uma questão inegável, é que naquele período o Rio de Janeiro por “trabalho” dos seus dirigentes e das elites locais, já se impunha “duas cidades em uma”, pois como bem expõe essa dinâmica, Lima Barreto em outro artigo também publicado na *Revista Careta* em 15 de Janeiro de 1921, cujo título “*O Prefeito e o Povo*”, diz o autor que “Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena” (BARRETO, 1961, p.117). Desta forma, percebemos que Lima já tinha a seu modo, a percepção que o espaço da cidade além de servir como limites simbólicos para os diferentes grupos



sociais, continha em si, diferentes exigências de atuação estatal e essas demandas seriam atendidas ou não pelo Estado na medida em que tivesse ou não o prestígio necessário os grupos que comungassem de tais espaços urbanos. Um bom exemplo dessa relação aparece neste mesmo artigo do autor, onde usando de todo seu sarcasmo Lima diz que

Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinqüenta anos, a pedregulhos respeitáveis [...] Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana [...] Por que será que ela não reserva um pouquinho dos seus cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? (BARRETO, 1961, p.117)

Neste sentido, a partir deste trecho do artigo de Lima Barreto pude perceber uma crítica aos gastos vultuosos em áreas inabitáveis para fortalecer a atuação de especuladores que poderiam fazer negócios vantajosos hotéis, hospedarias, albergues e etc., que como diz o autor, seria para o gozo de uma parcela ínfima da população brasileira. Todavia para Barreto não eram somente nessas dimensões que se encontravam os problemas daquela sociedade, nosso autor, dava grande destaque também a adesão servil dos estrangeirismos e outras problemáticas. No entanto, não quero dizer aqui que uma cidade não tenha que ter hotéis e se fechar para somente seus moradores, mas tais construções e a infra-estrutura necessária para implantação dos mesmos, não deve ser prioridade do Estado, como bem percebe Lima e radicaliza no seu ataque a essa dinâmica, dizendo que a

(...) municipalidade supõe-se ser, segundo a origem, um govêrno popular que cuide de atender, em primeiro lugar, ao interêsse comum dos habitantes da cidade (comuna) e favorecer o mais possível a vida da gente pobre. Êsses hotéis serão para ela? [...] Pode-se, entretanto, admitir, a fim de justificar o amor do prefeito aos hotéis de luxo, que quer construir à custa dos nossos magros cobres; pode-se admitir que com isso, sua Excelência pretenda influir indiretamente no saneamento do morro da Favela [...] Municipalidade de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis *chics*, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser... (*Ibidem*, p.118)

A crítica que se segue também em relação às melhorias nas estradas, ruas e avenidas, necessárias para a locomoção na cidade. Assim Lima ironiza a atuação do prefeito em exercício no período:





O Senhor Sampaio também tem se preocupado muito com o plano de viação geral da cidade [...] Quem quiser, pode ir cômodamente de automóvel da avenida à Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré à Irajá. (*Ibidem*, p.118).

Essa repartição da cidade em duas unidades antagônicas tem num primeiro plano o objetivo de fazer com que a idealização da cidade maravilhosa, seja a representação perfeita de uma cidade que só existe no desejo das elites políticas e dirigentes, onde claramente os limites da cidade se davam nas áreas de valoração social, ou seja, o que pude notar a partir do artigo de Lima Barreto que há uma oposição entre o Rio de Janeiro valorizado e um Rio de Janeiro que existe como espaço geográfico, enquanto espaço de comunhão entre as classes populares, mas não “existe” para fins de construção de uma identidade imagética da cidade.

Pois aqui, como bem explica Sandra Jutahy Pesavento (1997) esse é o “caso de uma cidade que, diante do espelho, se interroga por sua identidade há uma troca de sinais entre a ‘cidade do desejo’ e a ‘cidade do possível’” ou ainda podendo ser “a idealização imaginária do urbano e a realidade da existência” (PESAVENTO, 1997, p.33). Sugiro, que Lima Barreto notou bem essa relação a partir da chave empírica do projeto do “Rio europeu” do embelezamento, das praias aterradas, dos morros postos abaixo, da especulação e dos “legítimos” cidadãos e o anti-projeto em relação ao “Rio indígena, negro e mulato”, da pobreza, das doenças, da falta de saneamento e da falta de direitos.

Uma dimensão também muito importante, contida ao longo do artigo “O Prefeito e o Povo” escrito por Lima e publicado na *Revista Careta* em 15 de Janeiro de 1921, é a dimensão dos hábitos luxuosos que estavam sendo propagados aqui no Rio, como um problema para as populações mais pobres. Pois se penso a partir de uma aproximação a obra do sociólogo alemão Norbert Elias, *O Processo Civilizador* (1994). Penso que tal processo tende-se a uma rotinização da vida social em moldes incompatível com os costumes da maior parte dos cariocas, processo esse constitutivo de práticas incutidas como ideais para a população da cidade cuja maioria não teria os meios materiais necessários para tal reprodução cultural. Logo voltando ao Lima Barreto, ele observa que isso levaria ao aumento da criminalidade para que a parte



esquecida da população pudesse comungar dos hábitos civilizatórios dos cidadãos que tinha prestígio, assim segue Lima:

Todos os seus esforços tendem para educação do povo nas coisas de luxo e gôzo. A cidade e os seus habitantes, êle quer catitas. É bom; mas a polícia é que vai ter mais trabalho. Não havendo dinheiro em todas as algibeiras, os furtos, os roubos, as fraudes de toda a natureza hão de se multiplicar; e, só assim, uma grande parte dos cariocas terá “gimbo” para custear os esmartismos sampaínos. (BARRETO, 1961, p.118-119)

Segue Lima Barreto com o exemplo emblemático do Teatro Municipal para demonstrar o processo que Nelson Werneck Sodré (1965) veio chamar de *Transplantação Cultural*; um processo em que conscientemente ou inconscientemente se transporta para si uma cultura estranha em detrimento da cultura nativa. Assim segue Lima:

O Teatro Municipal é um demonstração de como a municipalidade pode educar o povo, muito a contento [...] Construiu, ali, na avenida, âquele luxuoso edifício que nos está por mais de vinte mil contos [...] Para se ir lá, regulamentarmente, um qualquer sujeito tem que gastar, só em vestuário, dinheiro que dá para êle viver e família, durante meses; as representações que lá se dão, são em línguas que só um reduzido número de pessoas entende; entretanto, o Teatro Municipal, inclusive o seu porão pomerizado, está concorrendo fortemente para a educação dos escriturários do Méier, dos mestres de oficina do Engenho de Dentro e dos soldados e lavadeiras da Favela [...] Não se pode negar... (BARRETO, 1961, p.119)

Essa relação falseada se dá muito por conta da representação que buscavam fazer da cidade frente às outras cidades modernas. Segundo Pesavento (1997) em seu artigo *Da cidade maravilhosa ao país das maravilhas: Lima Barreto e o “Caráter Nacional”*, a autora mostra que no Rio daquele período se aplica em grande medida para entendê-lo a ideia do “Mito de Paris” para compreender-se a modernidade e as representações feitas da cidade como uma representação do todo. Desta forma, explica a autora que o “efeito da representação faz com que o elemento isolado, o caco, o traço, o detalhe seja tomado como expressão do conjunto ou comparável a uma situação desejada” (PESAVENTO, 1997, p.34). Por isso, “não importava que a Rua do Ouvidor fosse quase um beco ou que a Avenida Central não tivesse a pompa e a dimensão da parisiense Champs Elysées, pois a sensação de viver numa metrópole dava sentido à existência” (*Ibidem*, p.34). Mas, a questão é - dava sentido a vida de quem? E essa metrópole integrava quem no seio de sua dinâmica social? Acredito que nessas questões



estavam à desconfiança de Lima Barreto com os ideais societários da *Belle Époque*. Onde as representações falseadas diziam respeito à representação legítima do mundo, pois

(...) sendo o imaginário social forma de representação do mundo, ele se legitima pela crença e não pela autenticidade ou comprovação. No caso, os elementos da arquitetura e do traçado urbano assumem a sua plena dimensão simbólica. A representação tradicional da cidade é afetada pelas modificações concretas do espaço público, dando margem a um processo ampliado de metaforização social [...] Se o traço isolado vale pelo conjunto, a identificação de alguns elementos da modernidade estendem-se ao conjunto. Configurando uma identidade global que aponta na direção desejada. Aumentando a escala de transferência, a cidade moderna passa a valer pela nação e, com isso, atinge-se o padrão identitário idealizado, que atrelaria o Brasil ao “trem da história” nos caminhos da “civilização” [...] Tal processo implica um predomínio do simbólico sobre o real, da representação sobre seu referente. (PESAVENTO, 1997, p.34)

Sendo assim, percebo que ao dar predominância a imagem idealizada da cidade em detrimento da cidade real, desfigura-se o que é o Rio de Janeiro em prol de um “Rio de Janeiro” parcialmente fictício. Que exclui suas gentes humildes na busca incessante de se inserir na modernidade a todo custo. A cidade idealizada só pode comportar em sua amplitude as elites, pois essa representação em nada comporta o modo de vida dos setores pauperizados dessa sociedade. Essa idealização da cidade “perfeita” no limite implica numa maior exclusão de grupos que mancharia a imagem do Rio de Janeiro das elites dirigentes e políticas, a cidade dos brancos herdeiros de uma ordem estamental e escravocrata, que só reconhecem no diferente as marcas de um passado a ser apagado ou no limite ser escondido. Por conta disso era um insulto de grandes proporções o reconhecimento e representação do país enquanto miscigenado por nossos vizinhos argentinos.

Outra questão não menos importante e em sintonia com a passagem acima tratada é o problema da *obsessão de Buenos Aires* tratada por Lima Barreto em seu artigo “A Volta” publicado no *Correio da Noite* em 27 de Janeiro de 1915. Nosso autor crítica de maneira muito irônica essa disputa que havia entre o Brasil e a Argentina representada por Rio de Janeiro versus Buenos Aires. Lima Barreto vê de maneira extremamente negativa essa busca incessante dos dirigentes políticos brasileiros em tornar real a representação do Rio enquanto uma cidade tão européia quanto Buenos Aires, e assim, segue o autor:



A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas [...] A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (BARRETO, 1961, p.83)

Desta forma, percebo o quanto Lima via de maneira negativa essa disputa entre essas cidades, sobretudo, por conta dessa busca da imagem “ideal” da cidade ser tão distante da cidade real. Além da crítica o romancista de maneira irônica apresenta um problema fundamental que é o projeto de exclusão da população negra da vida cidadina. O que fica claro sobre as intenções dos agentes do Estado em afastar cada vez mais essas populações para os subúrbios, e conseqüentemente os escondendo para não por em cheque a imagem do Rio de Janeiro moderno.

Desta forma, a partir de parte da produção do escritor Lima Barreto. Observo o quanto é possível pensar as dinâmicas da cidade do Rio, na Primeira República a partir da chave da exclusão – para alguns grupos; e a inclusão – para uma minoria. Naquela sociedade se radicalizou “os antagonismos entre o público e o privado” (IANNI, 2004, p.25), além das contradições de classe. Nesse contexto, em que Lima Barreto usou de seu “arsenal” para questionar a exclusão social no país, tomando como uma espécie de laboratório a cidade do Rio de Janeiro, mesmo porque, é a partir do Rio de Janeiro que Lima vai questionar o falseamento das relações sociais, a persistência dos signos da ordem estamental, (re) significados a partir de uma espécie de dialética entre o moderno e o arcaico que gerou novas formas de dominação burguesa, ou seja, não há superação do arcaico pelo moderno, mas sim, uma justaposição e fusão de ambos os aspectos (FERNANDES, 1975). Assim, a cidade no período vivido pelo autor a partir das suas mais variadas dinâmicas nos diferentes espaços possuía bem demarcada as fronteiras simbólicas entre os mais variados grupos, o que para Barreto era um falseamento bem delimitado dos “ideais” democráticos e republicanos. Segundo Alfredo Bosi

O que é ainda hesitação em Euclides, é certeza em Lima Barreto. Para este, mestiço humilhado e ofendido, a sociedade brasileira sob a Primeira República aparece como um simulacro de democracia, um regime de desequilíbrios de raça e de classe, uma fachada de gesso floreal, um discurso parnasiano requentado, um macaquear da “belle époque” internacional [...] Na palavra sem retoques de Lima Barreto liquidam-se o ideário dos pró-



homens da República e o seu tom liberal-eufórico. A prova dos nove, o regime em pleno funcionamento, apontara erro de cálculo. A República sonhada pelos Benjamin Constant e seus cadetes é uma oligarquia cheia de preconceitos que sustenta uma burocracia túrgida e sonsa. Aí dos desapadrinhados nesse imenso cabide de empregos que é a cidade do Rio de Janeiro (BOSI, 1985, p.307).

No Rio de Janeiro da Primeira República na prática nem todos eram cidadãos plenos, haja vista que a municipalidade não reconhecia a cultura, os indivíduos marginalizados socialmente, os espaços urbanos dos morros e subúrbios, pensando a partir de valor como membros “honrados” para comungarem a vida cidadina e usufruir de sua cidadania plena, porque isso era garantido a poucos que compreendesse e compartilhasse do estilo de vida e das modas “botafoganas”, como bem observou Lima Barreto, ao escrever uma série de artigos que expõe a dinâmica desse Rio de Janeiro a muito descrito acima, a cidade dividida. Segundo Florestan Fernandes a burguesia brasileira

(...) não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações (FERNANDES, 1975, p.204).

E é nessa cidade de identidade distorcida pela burguesia brasileira que o escritor Lima Barreto armou-se em suas trincheiras para denunciar todos os falseamentos contidos na construção do Rio de Janeiro ideal das classes burguesas, símbolo nacional. E, por outro lado, denunciou o abandono no Rio de Janeiro, das populações marginalizadas socialmente, estigmatizadas e expulsas das áreas centrais, pois, não cabia a imagem da pobreza numa cidade que sentia-se européia nos trópicos. Como salienta ironicamente Lima Barreto, “longe de mim censurar a imitação, pois sei bem de que maneira ela é fator de civilização e do aperfeiçoamento individual, mas aprová-la *quand même*, é que não posso fazer” (BARRETO, 1961, p.122). Sendo assim, imitar as “modas” elitistas estrangeiras era o que sobrava para construir a nossa identidade (a partir de outras identidades). Essas são pedras de toques fundamentais da dinâmica



social da cidade “maravilhosa”, laboratório e residência do escritor mulato Lima Barreto, arguto analista social

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, observei a maneira como se dava a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, capital da jovem república brasileira, tendo como caleidoscópio o literato Lima Barreto. Percebi que a cidade (aqui representada por suas elites e dirigentes políticos) no intuito de se inserir na lógica de um mundo “civilizado” onde nem todos os cidadãos eram bem vindos nessa “configuração social” que aos olhos de uns faziam-se necessárias, haja vista que a exclusão como já tinha sido no passado (numa ordem estamental), continua numa ordem “democrática” sendo instrumento recorrente para que sejam mantidos os interesses de uma minoria incluída em detrimento da maioria marginalizada. Aí está o caráter de nossa autarquia republicana.

Lima Barreto se inscreve num grupo intelectual que viu a hipocrisia dos modelos europeus para a explicação do “atraso” do país. Ele, notou o quanto era contraditório o projeto de modernização nacional, uma modernização que visava a exclusão, que negava direitos aos esquecidos socialmente pela municipalidade que não fazia a mínima questão em esquecer de um Rio em prol de um outro, em prol do Rio de “aparências”. Assim, tema que hoje é caro para nós - Barreto muito pensou a questão da cidade “dividida”, onde todos pagam impostos, mas somente algumas áreas são valorizadas e alguns cidadãos são indivíduos portadores de direitos na prática. Desta forma, é possível fazer várias correspondências com a cidade do Rio de Janeiro do século XXI, que “inclui” excluindo, pois ao se pensar nas muitas famílias que foram expulsas para fazer valer o interesse da especulação imobiliária. Com isso pessoas que moravam próximas ao trabalho, agora viajam por mais de uma hora de trem, pois são cada vez mais empurradas para os subúrbios mais longínquos da cidade. Pense na lógica de “segregação racial institucionalizada” quando é aprovada a retirada de ônibus que serviam para os jovens pobres (negros na sua maioria) poderem viajar das favelas e bairros pobres do Rio para se divertirem nas praias da Zona Sul. Lima Barreto percebeu em sua época bem essa relação em que o Estado claramente servia para manter os delírios suntuosos das elites fluminenses, em detrimento das populações marginalizadas antes no período monárquico, agora na Primeira República.



Já se passaram quase noventa e quatro anos da morte de Lima Barreto que entendeu e descreveu muito bem a sociedade em que ele vivia. Desmistificou os ideais democráticos burgueses da Primeira República e nos deixou uma vasta obra que nos ajuda a pensar muito bem esse período de nossa história e as raízes de determinados problemas que insistem e persistem atualizados a novos contextos sociais. Aí se encontra a relevância dos escritos de Lima Barreto, pois segundo Antonio Arnoni Prado

Temos que ler Lima Barreto porque não somos um país livre, não somos um país integralmente livre. Temos que ler Lima Barreto porque somos um país socialmente injusto, somos um país onde os pobres continuam pobres e as elites continuam no lugar delas. Não é para aprender português que se lê Lima Barreto. Lê-se Lima Barreto para aprender a ser brasileiro. (PRADO, sd, sp)

Desta forma, a obra e as inquietações de Afonso Henriques continuam extremamente atuais, porquanto em sua época ele buscou “desmascarar a hipocrisia reinante, pois só assim os segmentos marginalizados se fariam ouvir. Procurou então, dar voz às falas silenciadas pelo ideal de modernidade brasileira, que violava direitos e sonhos das classes populares” (SILVEIRA, 2006, p.126) e os males sociais que Barreto tanto denunciou, cismam, em certa medida, em permanecer vivos, se atualizando, trazendo a tona os signos do passado. Por isso, está cada vez mais atual o escritor que deu voz aos problemas dos excluídos e os desvirtuamentos republicanos, a nossa “máquina de guerra” da cidade do Rio de Janeiro, Lima Barreto.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ASSIS, Lúcia Maria de. **Lima Barreto – Língua, Identidade e Cidadania**. 2008. 166 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A Vida de Lima Barreto**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

BARRETO, Lima. **Bagatelas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. **Marginália**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. **Feiras e Mafuás**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. **Vida Urbana**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.



- \_\_\_\_\_. **Coisas do Reino do Jambon**. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BECKER, Howard S. **Uma teoria da Ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BOSI, Alfredo. *As letras na Primeira República*. In FAUSTO, Boris (org). **III. O Brasil Republicano: 2. Sociedade e instituições (1889 – 1930)**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p.293-320.
- BOTELHO, André. **Cientificismo à brasileira: notas sobre a questão racial no Pensamento Social**. In: [Achegas.net](http://achegas.net). Revista de Ciência política. Rio Janeiro. Disponível em [www.achegas.net](http://www.achegas.net).
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARVALHO, J. M. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.
- CUTI (Luiz Silva). **Lima Barreto**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DIAS, Regina Maria Santos. **Lima Barreto: uma máquina de guerra na cidade do Rio de Janeiro**. Curitiba: Appris, 2013.
- Documentário: **Mestres da literatura – “Lima Barreto: um grito brasileiro”**, disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/mestres-da-literatura-lima-barreto-um-grito-brasileiro>> pesquisado em 17 de Janeiro de 2016.
- ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador volume I: Uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. **Lima Barreto e o fim do sonho republicano**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difusão européia, 1974.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas I**. São Paulo: Alfa-Omega, sd.





PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Cidade maravilhosa ao país das maravilhas: Lima Barreto e o “caráter nacional”**. Anos 90, Porto Alegre, nº 8, Dezembro de 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. In: FAUSTO, Boris (org). **III. O Brasil Republicano: 2. Sociedade e instituições (1889 – 1930)**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p.7-38.

PINTO, L. A. Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

SILVEIRA, Cristiane da. **Entre a História e a Literatura: a identidade nacional em Lima Barreto**. História: Questões & Debates, Curitiba, nº 44, p.115-146, 2006, Editora UFPR.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Moderna República velha: um outro ano de 1922**. Revista IEB, São Paulo, n. 55, p.59-88, 2012.

\_\_\_\_\_. *Marcas da Infância na vida de Lima Barreto*. In: MICELI, Sergio; PONTES, Heloisa (orgs). **Brasil e Argentina**. São Paulo: Editora USP, 2014, p.73-113.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SIMMEL, G. *As grandes cidades e a vida do espírito*. In: **Mana – Estudos de Antropologia Social**. V. 11 nº 2, out., pp. 577-591, 2005/1903.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Ideologia do colonialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **História da literatura brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

[VIANNA, L. J. W.](#); [CARVALHO, Maria Alice Rezende de](#) . *República e a Civilização Brasileira*. In: N. Bignotto. (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.